

A construção de sentidos¹

Maria Cristina Ramos Borges

Este artigo pretende apresentar uma análise do documento deixado pelo presidente Getúlio Vargas em 1954, quando de sua morte, a Carta-Testamento, à luz da Análise do Discurso Francesa - AD. Buscar os sentidos e as imagens construídos no documento é o nosso objetivo. É interessante, antes de transcrever o texto e iniciar a análise buscar o que, desde Jakobson, convencionou-se chamar de interação verbal, apenas para estabelecer, em seguida, um contraponto com a noção de interação verbal postulada pela AD.

Dik (1978: 1; 1989: 3) aponta que, num paradigma funcional a língua é concebida, em primeiro lugar, como um instrumento de **interação social** entre seres humanos usado com o objetivo principal de estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Está em Dik (1989:8-9) o esquema, bem como sua explicação, de um modelo de **interação verbal** que equaciona a consideração funcionalista do papel da expressão linguística dentro da comunicação (Neves, 1997: 19).

Nesse modelo, a expressão linguística é função: da intenção do falante; da informação pragmática do falante; da antecipação que ele faz da interpretação do destinatário.

E a interpretação do destinatário é função: da expressão linguística; da informação pragmática do destinatário; da sua conjetura sobre a intenção comunicativa que o falante tenha tido.

Em qualquer estágio da **interação verbal** o falante e o destinatário têm informação pragmática. Quando o falante diz algo a seu destinatário, sua intenção é provocar alguma modificação na informação pragmática dele. Para isso, o falante tem de formar alguma espécie de *intenção comunicativa*, uma espécie de plano mental concernente à modificação particular que ele quer provocar na informação pragmática do destinatário. O falante tenta antecipar a interpretação que o destinatário, num determinado estado da sua informação pragmática, possivelmente atribuirá à sua expressão linguística.

É importante observar que a relação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário é *mediada*, mas não *estabelecida*, pela expressão linguística. Do ponto de vista do

¹ [N. do E.] A publicação desse texto faz parte do projeto editorial, realizado pela Zona de Impacto, com o intuito de republicar trabalhos que compuseram o periódico Caderno de Criação - ISSN 0104-9389. Esse artigo foi publicado no Ano VII, Nº 22, Junho - Porto Velho, 2000.

destinatário, isso significa que a interpretação será apenas em parte baseada na informação contida na expressão linguística em si; igualmente importante é a informação que o destinatário já possui e pela qual ele interpreta a informação linguística. Do ponto de vista do falante, isso significa que a expressão linguística não precisa ser uma verbalização plena da sua intenção; dada a informação que o falante tem acerca da informação que o destinatário tem no momento da fala, uma verbalização parcial será normalmente suficiente, sendo que, muitas vezes, uma verbalização não-direta pode ser mais efetiva do que uma expressão direta da intenção.

Para a Análise do Discurso – AD, a interação verbal não se trata, entretanto, apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação (sujeito-falante/destinatário). A mensagem não resulta de um processo serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se num código e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. Não. O que a AD propõe é exatamente pensar, ao invés da mensagem, o discurso.

Assim, para a AD, a transmissão de informação tão somente não tem lógica pois na interlocução, isto é, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, tem-se um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente uma transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade, etc. Por outro lado, esse esquema não se assenta apenas na ideia da comunicação.. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. A língua e o sujeito se constituem nos processos interativos. O sujeito constitui-se pela internalização dos signos que circulam nas interações, não só verbais, de que participa.

Bakhtin (1981) afirma que o sujeito se constitui como tal à medida que interage com os outros; sua consciência e seu conhecimento do mundo resultam como “*processo sempre inacabado*” deste mesmo processo no qual o sujeito internaliza a linguagem e constitui-se como ser social, pois a linguagem não é o trabalho de um artesão, mas trabalho social e histórico seu e dos outros e é para os outros e com os outros que ela se constitui. Isso implica que não há um sujeito dado, pronto, que entra em interação, mas um sujeito se completando e se construindo nas suas falas e nas falas dos outros.

Segundo Geraldi (1996: 20),

“este é um sujeito constitutivamente heterogêneo, de uma incompletude fundante que mobiliza o desejo de completude, aproximando-o do outro, também incompletude por definição, com esperança de encontrar a fonte restauradora da totalidade nunca alcançada, construindo-se nas relações sociais, entendidas estas como espaço de imposições, desejos, paixões, retornos, imaginação e construções”.

Daí a definição de discurso (Orlandi, 1999: 21): “Discurso é efeito de sentidos entre locutores.”

Os dizeres não são, portanto, apenas mensagens a ser decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender. São pistas (Ginzburg, 1989) que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas *condições de produção*. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer do texto também fazem parte dele. Cada palavra emitida “*é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém*” (Bakhtin, 1977: 113).

O sujeito negocia sentidos, incorpora a seus conhecimentos prévios novos sentidos, constitui-se como interlocutor, escolhendo estratégias de interação. E compreende as falas dos outros. Ora, “*entender não é reconhecer um sentido invariável, mas ‘construir’ o sentido de uma forma no contexto no qual ela aparece*” (Gnerre, 1985: 14).

Mas o que são, então, as *condições de produção*? Elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. A memória também faz parte da produção do discurso. As condições de produção incluem o contexto sócio histórico, ideológico. Neste caso, da Carta-testamento, o contexto imediato é o Brasil, no período cronológico compreendido entre 1928 e 1954, o presidente Getúlio Vargas, o momento histórico da escritura da carta e o próprio fato de ser uma carta tipo testamento. Um contexto mais amplo seria a conjuntura política da época. E, finalmente, entra a história, a produção dos acontecimentos, que significam alguma coisa, sempre dependendo da conjuntura.

As condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é a *relação de sentidos*. Segundo essa noção, não há discurso que não se relacione com outros. Os discursos resultam de relações: um discurso aponta para outro.

As condições de produção implicam o que é *material* (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é *institucional* (a formação social) e o *mecanismo imaginário*, que produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Tem-se, assim, a imagem da posição *sujeito locutor* (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição *sujeito interlocutor* (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do *objeto do discurso* (do que estou lhe falando, do que ele me fala?) (Pêcheux, 1988). É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. Esse jogo é muito complexo, pois implica também em a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante.

Tudo isso vai contribuir para a constituição das condições em que o discurso se produz e portanto para seu processo de significação. Na Análise do discurso, não se menospreza a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. E é eficaz. Ele não brota do nada : assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas por relações de poder. A imagem que se tem de um sacerdote, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições. Desse modo é que se acredita que um sujeito na posição de padre de esquerda fale “X”, enquanto um da direita fale “Y”. O que nem sempre é verdade, fato que torna a análise muito importante. Por meio dela “*pode-se atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades e, explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos, compreender melhor o que está sendo dito*” (Orlandi, 1999: 42)

Não é no dizer em si mesmo que o sentido é de esquerda ou de direita, nem tampouco pelas intenções de quem diz. É preciso referi-lo às suas condições de produção, estabelecer as relações que ele mantém com sua memória e também remetê-lo a uma formação discursiva – e não outra – para compreender o processo discursivo que indica se ele é de esquerda ou de direita. “*Os sentidos não estão nas palavras. Estão aquém e além delas.*” (1999: 42).

As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ o seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio histórico dada – determina o que pode e deve ser dito.

(1999: 43).

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO - Um relato necessário

Considerar a história como uma operação, será tentar, de um modo necessariamente limitado, compreendê-la com a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, um ofício, etc.) e *procedimentos* de análise (uma disciplina). É admitir que a história faz parte da “realidade” da qual trata e que essa realidade pode ser captada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática” (de Certeau, 1995: 18).

A contextualização histórica, numa análise, é sobretudo importante, haja vista que de época para época, há diferenças nos pontos de vista - as noções vigentes em uma não serão as mesmas vigentes na outra, enfim, muda a conjuntura. Por exemplo, se analisarmos um texto escrito no século XVIII, pensando a época na Inconfidência Mineira, vamos propor um

dispositivo que mobiliza noções que não serão as mesmas se considerarmos o mesmo texto em função de uma outra época e, do mesmo modo, em função de uma análise que visa compreender como neles se encontram traços do discurso dominante, por exemplo. Os textos não são documentos que ilustram ideias pré-concebidas, mas monumentos nos quais se inscrevem múltiplas possibilidades de leitura. Nem tampouco nos atemos aos seus aspectos formais, como já dissemos. A repetição de tais aspectos é garantida pelas regras da língua – sua materialidade é linguístico-histórica e interessa ao analista, é lógico. Remete-se não às regras, mas às suas condições de produção em relação à memória, onde intervém a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a falha, o equívoco. O que interessa ao analista não são as marcas em si, mas o seu funcionamento no discurso.

Sendo assim passarei a “relatar” o acontecido no período histórico onde se situa, cronologicamente o texto em análise uma vez que, como já dissemos, consideramos, como Certeau, a “história como operação”.

A partir do início de 1929, o Brasil presenciou o início das articulações com vistas à sucessão de Washington Luís. O presidente procurou impor o nome de Júlio Prestes, político de São Paulo. Em agosto de 1929, iniciou-se a luta pela sucessão. Três Estados – Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba – aliados às oposições locais (Rio de Janeiro) organizaram a Aliança Liberal, que fez veicular um manifesto no Rio de Janeiro e, a 20 de setembro, os nomes de Getúlio Vargas e João Pessoa foram proclamados numa convenção, como candidatos à presidência e à vice-presidência, respectivamente, chapa que mereceu o apoio de grande parte do movimento tenentista.

A 1º de março, o resultado das urnas indicou a vitória de Júlio Prestes. Começaram, então, denúncias de fraude. Iniciou-se uma conspiração, que tinha como foco o Rio Grande do Sul e à qual se associaram, além das forças políticas que haviam composto a Aliança Liberal, apenas alguns tenentes.

A 1º de Maio, Getúlio lançou um manifesto à nação, no qual apelava para que o povo se manifestasse, operando a “necessária retificação”. A 26 de julho João Pessoa foi assassinado no Recife, criando as condições favoráveis para as articulações revolucionárias. Em outubro, Washington Luís foi deposto e assumiu uma junta governativa. Em novembro, Getúlio recebe o poder de chefe do governo provisório. Tentou organizar o novo governo compondo-o de diversas forças políticas em que se apoiava.

Em julho de 1932 teve início a revolução constitucionalista em São Paulo. Vitorioso, Getúlio teve que fazer concessões aos derrotados. Convocou eleições para a assembleia constituinte, marcadas para maio de 1933. Nessas eleições, as forças políticas tradicionais tiveram ampla maioria. A constituição, promulgada a 16 de julho de 1934, era eclética. Ao mesmo tempo em que mantinha a legislação social editada nos últimos anos e consagrava o

princípio da intervenção do Estado na economia, restabelecia, em grande parte, o quadro político-jurídico anterior à revolução. Aprovou também a eleição indireta para o próximo presidente pela própria constituinte, embora se esforçasse por limitar os poderes do chefe da nação. Getúlio foi, então, eleito pelo congresso.

A constituição de 1934 previa a eleição direta do presidente da república em 1938. Em 1937 surgiram candidatos e Getúlio sofria pressões para impor uma solução continuísta. Sob o pretexto de que os comunistas estariam prestes a desencadear a guerra civil, foi dado o golpe: no dia 10 de novembro foi fechado o congresso e revogada a constituição de 1934, substituída por outra, elaborada por Francisco Campos.

Com o advento do Estado Novo, Getúlio reprimiu toda atividade política e tomou medidas econômicas de tendência nacionalista, como a criação do Conselho Nacional do Petróleo e da Companhia Siderúrgica Nacional.

A segunda guerra mundial atrapalhou o governo de Vargas. Começou um descontentamento geral com o seu governo. O processo de deposição foi desencadeado quando Vargas resolveu substituir o chefe de polícia João Alberto por seu irmão Benjamim, que não era bem visto pelo alto comando das Forças Armadas.

Getúlio, eleito em 1950, volta à presidência, apesar da oposição tentar impedir sua posse. Consegue apoio militar. No segundo mandato, entretanto, não teve tranquilidade. O “Manifesto dos Coronéis” foi uma grande prova do descontentamento das Forças Armadas com o governo. Vargas tenta dar a volta por cima, anunciando aos trabalhadores, a 1º de maio, um aumento de 100% no salário mínimo, ao mesmo tempo que lhes fazia um apelo radical para que se organizassem em defesa do governo. A oposição, em represália, intensificou sua campanha contra o governo, denunciando o aumento salarial como inflacionário e demagógico e, em meados do ano de 1954, apresenta no Congresso o pedido de impeachment do presidente.

A pressão sobre o governo intensificou-se no congresso e várias instituições aderiram à tese da renúncia de Getúlio, a começar pela Ordem dos Advogados. O próprio vice-presidente João Café Filho, apresentou a fórmula da renúncia, pela qual ele e o presidente renunciariam a seus mandatos.

No dia 22 de agosto, brigadeiros reunidos no Clube de Aeronáutica resolveram apresentar ao presidente a exigência da renúncia imediata. No dia seguinte, o movimento estendeu-se à marinha e ao exército. Diante do pronunciamento militar, Getúlio reuniu o ministério e concordou com seu licenciamento, até que todas as responsabilidades pelo assassinato do major Vaz, ocorrido quando do atentado sofrido por Carlos Lacerda, a 5 de agosto, fossem apuradas.

Às primeiras horas do dia 24, recebeu a notícia de que o exército não aceitara a fórmula do afastamento temporário e que o próprio ministro da Guerra optara pela tese do afastamento

definitivo. Diante do impasse, Getúlio põe fim à vida, com um tiro no coração, deixando uma Carta-testamento de natureza fundamentalmente política.

É essa Carta-Testamento que pretendemos analisar neste artigo, à luz da Análise do Discurso. Tentaremos levantar os sentidos e as imagens que vão sendo construídos pelo presidente Vargas, ao longo do discurso contido no documento.

CARTA-TESTAMENTO DE GETÚLIO VARGAS

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o **povo** coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim.(...)

Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o **povo** e principalmente os **humildes**.(...) A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. (...) Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. (...)

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o **povo**, que agora se queda desamparado. Nada mais **vos** posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o **povo** brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando **vos** humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao **vosso** lado. Quando a fome bater à **vossa** porta, sentireis em **vosso** peito a energia para a luta por **vós** e **vossos** filhos...Meu sacrifício **vos** manterá unidos e meu nome será a **vossa** bandeira de luta. Cada gota de meu sangue, será uma chama imortal na **vossa** consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do **povo** e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse **povo** de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.(...)

Eu **vos** dei a minha vida. Agora **vos** ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História. (Lamounier, 1988).

Do ponto de vista da interlocução, a Carta-testamento apresenta uma situação *sui-generis*. A interação acontece quando o sujeito comunicante já está morto. É um morto, portanto, que fala e sua fala utilizará dos veículos da mídia (rádio e imprensa escrita).

Os enunciados trazem à cena discursiva vários sujeitos: o próprio **EU**, referido no sujeito comunicante Getúlio Vargas, os interlocutores (**vos**) – **povo** – destinatário privilegiado e os terceiros, ausentes - **eles**.

Achamos interessante abordar, nessa altura do trabalho, a noção de subjetividade de Benveniste².

A categoria de pessoa, para Benveniste (1988: 257) possui duas correlações: 1- a da pessoalidade, em que se opõem *pessoa* (eu/tu) e *não-pessoa* (ele), pessoas da enunciação e do enunciado, respectivamente; 2- a da subjetividade, em que se contrapõem *eu* e *tu*.

A primeira e a segunda pessoas do plural *nós/vós*, por serem distintas, mostram que não há nelas um caso simples de pluralização. Benveniste diz que a marca de plural assinala a ausência de pessoalidade (1988: 258).

O *nós* não é a multiplicação de objetos idênticos, mas a junção de um *eu* com um *não-eu*. Há três *nós*: um *nós inclusivo*, em que se acrescenta um *tu* ao *eu* (singular ou plural); um *nós exclusivo*, em que ao *eu* se juntam *ele* ou *eles* (nesse caso o texto deve estabelecer que SN o *ele* presente no *nós* substitui) e um *nós misto*, em que ao *eu* se acrescentam *tu* (singular ou plural) e *ele(s)*

Benveniste afirma que “esse *nós* inclusivo é algo diferente de uma junção de elementos definíveis; a predominância do *eu* é aí muito forte, a tal ponto que, em certas condições, esse plural pode substituir o singular. A razão está em que *nós* não é um *eu* quantificado ou multiplicado, é um *eu* dilatado (...)” (1988: 258).

Isso significa dizer que o *nós* anexa ao *eu* uma globalidade indistinta de outras pessoas. É portanto, um *nós* produtivo, pois por seu intermédio, o locutor pode associar-se a vários referentes, sem especificá-los, o que faz com que ocorra a ambiguidade. Esse fato implica em que esse *mais de um*, ou seja, uma *não-pessoa* discursiva ou *pessoa não-nomeada* é a que o ‘*eu*’ se associa para constituir **nós**, o sujeito político.

Análise

Isto posto, passemos a observar como a língua oferece uma amplitude variadíssima de pessoas no discurso, colocando em cena vários enunciadores, cujas vozes se cruzam no espaço discursivo, dando origem ao que Authier-Revuz (1982) chamou de *heterogeneidade*.

Inicialmente, o *você* aparece como *outro* – **povo, humildes**. Há um implícito: **você**, portanto, é estratégia de interpelação. O interlocutor se reconhecerá dessa forma.

Há um **nós** – “*nossas riquezas*”, que congrega *eu* + *você*, enquanto nação. “*Riquezas*”, por sua vez, remete ao patrimônio cultural da coletividade de todos os brasileiros.

² Alertamos, entretanto, que Benveniste deixa de lado a possibilidade de participação de outras ‘pessoas’ no discurso e trabalho somente a questão do eu/tu, fato que a Análise do Discurso não concorda. Vide Pêcheux, 1969.

Que imagens estão ali construídas, de cada um desses sujeitos?

Começemos por **EU** – é uma imagem construída com muitas faces. Senão vejamos:

- . alguém que luta (*“tenho lutado”*)
- . defende permanentemente o povo, principalmente os **“humildes”** (*“para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes”*). Aqui já observamos a presença de um enunciador – *humilde* -, incluso em um grupo maior de enunciadores expresso pelo item genérico *povo* que, aliás, está presente em todo o texto.
- . resiste (*“resistindo a uma pressão constante, incessante”*).
- . silencia quando necessário (*“tudo suportando em silêncio”*)
- . perdoa (*“tudo esquecendo”*)
- . renuncia, sacrifica-se, dá a vida (*“renunciando a mim mesmo”, “meu sacrifício ficará para sempre”, “eu vos dei a minha vida”*) o pronome *vos*, do recorte, implica também no grupo de enunciadores expressos em *povo*.
- . ampara o povo (*“agora se queda desamparado”*)
- . é escravo do povo (*“Era escravo do povo”*)
- . é responsável pela instauração do regime de garantia do trabalho.

Ainda percebe-se a construção de uma imagem de alguém que, na sua grandiosa capacidade de discernimento político (enquanto líder) aceita o jogo fatal no qual dá a vida para derrotar os adversários. (*“eu ofereço em holocausto a minha vida”*).

E, finalmente, alguém que, conhecendo a conjuntura em que está escrevendo, talvez numa “previsão do pós-morte”, pois já se decidiu pelo suicídio, tem consciência do lugar que viria a ocupar na memória histórica e da repercussão que teria, nacionalmente, seu ato (*“saio da vida para entrar na história”*).

Vejamos, na sequência, os sentidos criados em torno do **ATO DO SUICÍDIO**. Que sentidos estão construídos em relação ao próprio ato?

- . suicídio é um ato de sacrifício – preço pago pelo resgate do povo, de renúncia à vida, engrandecido pelo sentido de doação ao povo (*“Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue”*). Não se poderia reconhecer aqui os ecos de um discurso religioso, em referência a alguém que deu a vida para a salvação da Humanidade?

- . suicídio é uma compensação : a liberdade para quem era escravo (*“libertação para a vida eterna”*).

- . suicídio institui um outro sujeito, um sujeito que passa para o plano da História e nele vai ocupar um lugar grandioso. Vargas morto, *“chama imortal”, “vibração sagrada”* (novamente o componente religioso), *“memória permanente”, “energia para a luta”, “bandeira de luta”*.

. o suicídio é também sua “*vitória sobre os inimigos*”. Derrotado em vida, Vargas proclama-se como sujeito vitorioso. O suicídio constitui sua vitória. ‘*Os inimigos*’ constitui um outro grupo de enunciadores representados pelos partidos de oposição ao governo.

Vejamos, a seguir, os sentidos assumidos pelo pronome **você**:

O **povo** assume três sentidos:

- . enquanto totalidade – “*povo brasileiro*”;
- . enquanto parcela da nação – “*povo*” e não totalidade da nação X em oposição a determinados grupos nacionais, associados a grupos internacionais;
- . enquanto setor dessa parcela maior – os **humildes**, que pode ser pensado como interlocutor privilegiado.

A imagem de povo:

- . constrói-se em associação à pobreza, humildade, sofrimento, fome;
- . mas esse mesmo *povo* pobre é elevado à condição de senhor do seu líder, que se assume como escravo.

Outro pronome muitas vezes citado por Vargas, implícita e explicitamente através de elipse é o **ele/s**. Vejamos como são construídos os antagonistas:

Em nenhum momento são identificados esses adversários. Aparecem sempre genericamente enquanto “*forças*”, “*interesses*”, constituindo enunciadores coletivos. Nesse grupo estão os adversários do *eu* e, portanto, também de *você*; “*grupos econômicos e financeiros*”, “*pressão constante, incessante*”, “*aves de rapina*”, “*portadores do ódio*”, os que “*escravizam o povo*”.

Que matrizes ideológicas comparecem enquanto memória de outros discursos? Há inúmeras marcas de componentes ideológicos mobilizados nesse discurso. Nos recortes selecionados, é possível reconhecer a presença do discurso nacional-desenvolvimentista, assumido pelo sujeito comunicante, a partir da evocação do nome da empresa estatal criada em seu governo e que, durante décadas, foi símbolo de soberania nacional e de desenvolvimento econômico no Brasil —a *Petrobrás* (que também constitui grupo de enunciadores).

De que forma o discurso apela para os imaginários sociais? Como já se mencionou, a análise permite recuperar uma complexa teia de sentidos mítico-religiosos, utilizados como estratégia retórica de persuasão e de apelo, como é o caso da própria transmutação da morte em “*holocausto*”, em “*bandeira de luta*”, em “*presença imortal*”, “*chama imortal*” (que evoca a luta), acompanhando o **povo**, transmitindo-lhe energia, guiando-o, etc.

Inúmeros recursos retóricos são mobilizados nesse discurso: repetições retóricas “*dia a dia*”, “*mês a mês*”, “*hora a hora*”, “*tudo suportando*”, “*tudo esquecendo*”; metáforas: “*chama imortal*”, “*aves de rapina*”; oposições: *escravidão – liberdade, escravo – senhor, ódio – perdão, vida – morte, vida – história*.

Poderíamos, finalmente, reconhecer nessa complexidade de sentidos, um vago apelo à resistência (“*cada gota do meu sangue...manterá a vibração sagrada para a resistência*”) à luta que levaria à derrota do inimigo.

Como foi visto, pensar a Carta-Testamento de Getúlio Vargas implica pensar como ela significa, quais são os sentidos produzidos nela e sobre ela pelos diversos discursos que a configuram e interpretam. Segundo Maingueneau (1987) sujeito e sentido são produzidos a partir de condições de produção sempre específicas e determinadas.

Um outro aspecto que procuramos ressaltar são os diversos efeitos de sentido construídos pelas palavras que consideramos chave, no discurso do presidente brasileiro em questão. Essa pluralidade, produzida por deslizamentos de sentidos, leva-nos a refletir sobre o seguinte: Qual é o limite entre real, virtual e imaginário no caso do suicídio de Getúlio Vargas?

Do ponto de vista discursivo, o *imaginário...não se constitui como um determinado domínio de objetos, mas como algo inalienavelmente presente em todo material significante* (Sergovich, 1977: 31-32). E, dado que a relação do sujeito com sua ‘realidade’ é mediada pela linguagem, o imaginário não se opõe à realidade, mas é parte constitutiva dela. *Por refletir a realidade de tal ou qual maneira, são os sentidos* (produzidos pelo discurso na sua dimensão simbólica, isto é, linguística) *que dão forma às representações* (Idem:38) que definem a ‘realidade’ para o sujeito. Assim, em lugar de opor ‘realidade’ a imaginário proponho, parafraseando Sergovich, *definir a ‘realidade’ como um efeito do imaginário*.

Entendemos, a partir daí, a ‘realidade’ como um conjunto de evidências que aparecem para o sujeito como necessárias, como imagem fiel do mundo. Essas evidências são produzidas pelo funcionamento da *memória discursiva*, que fornece ao sujeito os elementos do seu dizer.

Em outras palavras, se a realidade significa, isto é, se determinado estado de coisas é interpretado como sendo ‘a realidade’, é porque os fatos fazem sentido para o sujeito, eles ressoam (Serrani, 1993) num concerto de significações e significantes presentes como memória discursiva. Segundo Orlandi (1996: 37), *o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído pela memória discursiva*.

E foi a história que mostrou que o recado foi compreendido. O impacto da morte de Vargas levou multidões às ruas de todas as grandes cidades, e principalmente da capital do país, diante das quais o adversário silenciou. Pelo menos por algum tempo...

BIBLIOGRAFIA

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **HÉTÉROGÉNÉITÉ MONTRÉE ET HÉTÉROGÉNÉITÉ CONSTITUTIVE**.
DRLAV – REVUE DE LINGUISTIQUE (26). 1982: 91-151.
- BAKHTIN, M. **MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM**. São Paulo, Hucitec, 1981.
- BENVENISTE, Émile. **DA SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM**. PROBLEMAS DE LINGUÍSTICA GERAL,
vol. I. São Paulo, Editora. Nacional/USP, 1988.
- BORGES, Maria Cristina Ramos. **RONDÔNIA: O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA EMANCIPAÇÃO
DO ESTADO**. (Dissert.) São Paulo, IEL/UNICAMP, 1999.
- CERTEAU, Michel de. **A INVENÇÃO DO COTIDIANO**. Petrópolis, Vozes, 1994
- GERALDI, João W. **LINGUAGEM E ENSINO**. Campinas, Mercado de Letras, 1996.
- GNERRE, Maurizzio. **LINGUAGEM, ESCRITA E PODER**. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- NEVES, Maria Helena Moura. **A GRAMÁTICA FUNCIONAL**. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- ORLANDI, E.P.. **ANÁLISE DO DISCURSO: PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS**. Campinas, Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. **ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO**. GADET; HAK (orgs.). POR UMA ANÁLISE
AUTOMÁTICA DO DISCURSO Campinas, Unicamp, 1993.
- _____. **SEMÂNTICA E DISCURSO**. Campinas, Unicamp, 1988.
- _____. **DISCURSO: ESTRUTURA OU ACONTECIMENTO**. Campinas, Pontes, 1990.
- SERRANI, S.. **A LINGUAGEM NA PESQUISA SOCIOCULTURAL**. Unicamp, Campinas, 1993.